

A TEORIA DO TRIPÉ SCHUMPETERIANO E O PAPEL DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO CREDIAMIGO

Thiago de Souza Oliveira¹
Magali Alves de Andrade²
Andersonn Souza Gonçalves³

RESUMO

Segundo Schumpeter, o desenvolvimento econômico é motivado por três fatores: a inovação tecnológica, a presença do empresário empreendedor e o acesso ao crédito. O presente estudo tem por função fazer uma breve análise da importância do programa CrediAmigo – programa de microcrédito do Banco do Nordeste – para o desenvolvimento econômico à luz da teoria do tripé Schumpeteriano. Com o estudo constatamos que o programa se trata de um forte aliado na redução da pobreza e que, pelos seus bons resultados, vem crescendo ano após ano, gerando emprego, renda e melhores condições de vida para inúmeros beneficiários e contribuindo para o desenvolvimento econômico da nação.

Palavras-Chave: Schumpeter, desenvolvimento, microcrédito, CrediAmigo.

¹ Mestrando pelo Núcleo de Pós-Graduação em Economia/NUPEC da Universidade Federal de Sergipe e Professor Voluntário da mesma Universidade. thiagoufs@hotmail.com

² Mestranda do Curso de Mestrado em Economia/CME da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

³ Professor Voluntário da Universidade Federal de Sergipe

1. Introdução

À luz da teoria do tripé Schumpeteriano, temos o crédito como um dos elementos-chave para o desenvolvimento da economia, juntamente com o empresário inovador e as inovações tecnológicas. O crédito seria responsável pela viabilização econômica de projetos que levam o país a um nível maior de crescimento e desenvolvimento.

Sendo assim, o mercado financeiro desempenha papel de suma importância no processo de desenvolvimento econômico, visto que é através dele que empresários conseguem angariar recursos para tornar seus projetos viáveis.

Porém, observa-se que o acesso ao crédito é concentrado na região sudeste, ficando as demais regiões aquém dos benefícios que o acesso ao crédito poderia conceder. Assim, a alternativa para a demanda não atendida pelo sistema financeiro é o microcrédito. O trabalho aponta que apesar das dificuldades enfrentadas pelo microcrédito, ele tem sido a alternativa mais admissível para os pequenos tomadores de empréstimo.

O funcionamento do sistema financeiro tem ganhado espaço nas discussões sobre o processo de desenvolvimento econômico, assim o tema deste trabalho foi delimitado no que diz respeito à contribuição do crédito para o desenvolvimento econômico, segundo a visão do Schumpeter e, de forma mais específica, no que se refere ao papel do microcrédito neste contexto, pegando como exemplo o caso do CrediAmigo.

Para dar uma coerência lógica ao trabalho, a análise parte da importância do crédito para o processo de desenvolvimento, analisa as restrições do sistema financeiro em alocar recursos e verifica a importância que o CrediAmigo possui junto ao processo de desenvolvimento econômico.

2. O Desenvolvimento na visão de Schumpeter

Schumpeter é considerado um estudioso sobre a tecnologia na sociedade, ao atribuir grande importância a essa variável para o desenvolvimento econômico. Assim como outros economistas, como Adam Smith e David Ricardo, por exemplo, procurou compreender os movimentos da economia e da forma de produção. Porém, diferentemente dos economistas chamados clássicos, Schumpeter não considerava que o crescimento da população e o aumento da produção eram fatores determinantes para o desenvolvimento econômico.

Em sua principal obra, a Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter discute as causas da mudança econômica, distinguindo crescimento e desenvolvimento, sendo este uma situação de descontinuidade e ruptura. O processo de desenvolvimento não é o simples fato de crescimento da população e da riqueza, é uma perturbação do equilíbrio, que se apresenta na esfera da vida industrial e comercial, e não nos anseios dos consumidores de produtos finais (SCHUMPETER, 1982).

Segundo esse autor, o desenvolvimento surge das inovações da atividade econômica, que não são originadas a partir das necessidades dos consumidores. Apesar de serem importantes para a criação de novas combinações, os gostos dos consumidores não criam inovações na atividade econômica.

As mudanças nascem das novas combinações de matérias e forças que serão utilizadas na vida diária das pessoas, e se necessário for, o produtor é quem ensina aos consumidores a quererem algo novo (COSTA, 2006).

Esse é um dos elementos chave para o conceito de desenvolvimento para Schumpeter: as inovações ou novas combinações, além desse, temos o empreendimento e o acesso ao crédito, que serão discutidos posteriormente.

Com a atenção ainda voltada para as novas combinações, Schumpeter refere-se a elas como:

1. A introdução de um novo bem, ou uma nova qualidade de bem, que não seja familiarizado pelos consumidores;
2. A introdução de um novo método de produção, algo que a indústria de transformação ainda não tenha utilizado.
3. A abertura de um novo mercado, no país ou no exterior;
4. A conquista de nova fonte de oferta de matéria-prima, sendo ela já existente ou tendo que ser criada;
5. A constituição de uma nova organização de qualquer indústria.

Para a realização das novas combinações, Schumpeter acredita no empresário para tomar essa iniciativa. Este é o segundo elemento que compõe o tripé schumpeteriano para se alcançar o desenvolvimento, o empresário empreendedor. Nessas condições o empresário é visto como um inovador, aquele que possui a capacidade de criar e realizar coisas novas e isso independe de ser um capitalista ou um gestor dos meios de produção. O empresário schumpeteriano é identificado pela sua função, de tornar reais as novas combinações, e nesse conceito o empresário pode acumular outras funções, e

não precisa ser necessariamente o proprietário do estabelecimento, e diferentemente da visão tradicional, pode ser até mesmo um assalariado, basta que seja um indivíduo que inove (SOUZA, 1997).

Ser um empresário na ótica schumpeteriana não é uma profissão, e nesse caso não forma uma classe social, o que difere de um empresário bem sucedido se inserir em posições de classe.

O empresário schumpeteriano não pode ser confundido com o empresário tradicional e capitalista, que faz parte da burguesia, e mesmo sendo ele um empresário bem sucedido, é possível distingui-lo do capitalista (COSTA, 2006).

Schumpeter deixa bem claro que o empresário não assume riscos. O risco recai sobre a figura do proprietário do meio de produção, do capitalista e nunca sobre o empresário.

O terceiro elemento do tripé schumpeteriano é o acesso ao crédito, e para este chegar às mãos do empresário, é necessário a presença do banqueiro, um agente fundamental para o desenvolvimento, pois desempenha a função de intermediário entre o empresário e os proprietários dos meios de produção, ou seja, os capitalistas.

Como foi dito antes, o empresário não necessariamente é o proprietário dos meios de produção ou não possui recursos próprios para investir nas inovações, tornando o crédito bancário uma necessidade para que um agente se torne um empresário schumpeteriano.

Para Schumpeter, a força principal do processo de crescimento é a inovação empresarial, e para que se tenha essa inovação os bancos têm um papel chave na economia. São os responsáveis pela intermediação entre os empresários e os proprietários de capital, ou seja, agentes que querem tomar e emprestar capital.

Os bancos ampliam os meios de pagamento, ao criarem crédito e possibilitam aos empresários a realização de novas combinações produtivas e a obtenção do lucro. Com o crédito, o empresário adianta gastos com matérias-primas, equipamentos e trabalhadores produtivos, antecipando dessa forma os lucros, com os quais pagará o financiamento. Assim, os empréstimos bancários estimulam o investimento, fazendo com que aumente a dinâmica do crescimento econômico (SOUZA, 1997).

3. O Sistema Financeiro e o Desenvolvimento Econômico

As economias de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento evidenciam sistemas financeiros que compreendem apenas os bancos comerciais e suas funções mais básicas, como os depósitos e as realizações de empréstimos.

O sistema financeiro brasileiro, comparado com o de outros países, apresenta instituições financeiras sólidas, competitivas e de alta liquidez. Mas, apesar de suas qualidades, o sistema financeiro brasileiro exhibe dificuldades para o crescimento econômico, pois não consegue atender a todas as demandas, e o custo do crédito bancário impossibilita o acesso de micro, pequenas empresas e trabalhadores por conta própria (ABRAMOVAY; CARVALHO, 2004).

Por exemplo, uma empresa média arca com 3,8% ao mês para descontar duplicatas, ao final de um ano, isso implicará em 56,4%; descontando uma inflação anual de 8%, sobra para o empresário enfrentar um juro real de 45%. É bem provável que seu negócio não tenha tal rentabilidade, e na medida em que o tempo passa, a dívida vai se agravando e o risco de ir a falência vai aumentando (CORADI, 2004).

Estima-se que 43% dos brasileiros não possuem conta bancária, ou seja, milhões de pessoas e empresas não têm o acesso aos serviços básicos de um banco (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004).

O sistema financeiro brasileiro é sofisticado, graças a sua competitividade, alta liquidez e sólidas instituições capitalizadas, de forma que pode aproveitar de maneira eficiente as oportunidades apresentadas pelo mercado, mas é também impróprio macroeconomicamente para satisfazer a demanda de apoio ao desenvolvimento econômico, e tal inadequação deve-se às altas taxas de inflação, que assinalaram a operação da economia do Brasil nos anos 1960 até o plano real em 1994.

As pequenas empresas precisam de crédito para se desenvolver, e o custo do crédito no Brasil tem sido alto; de acordo com pesquisas recentes do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2004), em 2003, a taxa média de juros de crédito em termos reais foi a mais alta entre 93 países analisados (CARVALHO; ABRAMOVAY 2004).

O sistema financeiro brasileiro não corresponde à demanda de crédito e de financiamento da grande parte dos setores produtivos, ao mesmo tempo em que a cada ano vem obtendo lucros (ABRAMOVAY ET AL, 2005).

Segundo Menezes (2007), o sistema financeiro no Brasil não é bem consolidado para financiar o desenvolvimento, as instituições financeiras privadas resistiram às instabilidades, mas não geraram o volume de crédito suficiente para estimular o crescimento econômico, sendo necessário uma forte intervenção do Estado contra as desigualdades existentes no país.

Na visão dos neoclássicos as diferenças regionais são influenciadas de maneira indireta pela moeda, existindo uma causalidade unidirecional entre renda e crédito, ou seja, uma alteração na renda ocasionaria uma flutuação no crédito, e as desigualdades existentes são ocasionadas diretamente por fatores históricos e estruturais.

Na visão dos heterodoxos, onde se assume a existência do desemprego involuntário, a desigualdade é influenciada por uma relação bidirecional entre renda e crédito. Assim como os neoclássicos, entende-se que as desigualdades possuem influências estruturais, entretanto, sofre também influências de fatores monetários que podem manter ou até mesmo ampliar as desigualdades regionais. Sendo assim, mudanças no crédito também podem fazer variar a renda.

Assumir a perspectiva de uma moeda endógena, torna necessária a compreensão da dinâmica do mercado financeiro e das possíveis influências causadas no crescimento e na variação da renda.

Keynes explica a não neutralidade da moeda com base no tempo, na incerteza e na moeda. A incerteza faz com que agentes econômicos demandem moeda por motivos de precaução e especulação, entretanto, a demanda por moeda também é ocasionada por motivos de transação, e nesse sentido, em regiões menos desenvolvidas, essa demanda tende a aumentar ainda mais. Tendo a moeda como endógena, a preferência pela liquidez seja dos bancos ou do público, vai interferir na demanda e na oferta de crédito (MENEZES, 2007).

Se o público tem grande preferência pela liquidez, os depósitos à vista serão maiores que os depósitos a prazo, e os bancos reduzirão a capacidade de oferta de crédito. Além disso, os bancos precisam se sentir estimulados a emprestarem, e este estímulo é adquirido através da confiança na economia e no sucesso dos tomadores.

Os bancos confiam a partir do momento que conhecem, ou seja, a informação é o instrumento essencial para os bancos. É através da informação que o crédito é direcionado para os tomadores potenciais, bem como a quantidade a ser ofertada (DOW, 1999 *apud* MENEZES, 2007).

É devido à falta de informação, que os novos keynesianos se utilizam de modelos com assimetria de informação, para comprovar o racionamento de crédito por parte dos bancos, principalmente mais por parte dos bancos nacionais, do que dos bancos locais em regiões desfavoráveis. Outro fator que influencia na oferta de crédito é o desenvolvimento das instituições, quanto mais desenvolvidas mais aptas serão as suas formas de atuação, assim como a diversidade de seus serviços.

Para um melhor esclarecimento da influência que a moeda tem na desigualdade econômica, tomamos como exemplo duas regiões distintas, sendo a região “A”, uma região de centro e por isso desenvolvida, e a região “B”, uma região de periferia, e portanto menos desenvolvida. Vejamos no quadro abaixo as características pertinentes de cada região.

CARACTERÍSTICAS	REGIÃO A	REGIÃO B
Trajectoria de crescimento	Estável	Instável
Variável dinâmica	Endógena (investimento)	Exógena (exportação)
Concentração da produção	Secundário e terciário	Primário e terciário
Propensão a importar	Baixa	Alta
Arranjos institucionais	Sólidos	Fracos
Mercado financeiro	Desenvolvidos	Pouco desenvolvidos
Liquidez de ativos	Alta	Baixa
Base para difusão de informação	Sólida	Volátil
Incerteza	Reduzida	Elevada

Quadro 1: Características das Regiões A e B

Fonte: Menezes, ET AL 2007, p. 290

A incerteza que existe na região “B” leva à preferência pela liquidez por motivos de segurança, e conseqüentemente a capacidade de ofertar crédito é reduzida, sem contar que a renda da população é menor, o que leva o público a reter o dinheiro em mãos.

Já na região do centro, são várias as vantagens econômicas e a preferência pela liquidez é menor, visto que existe maior segurança nos ativos, o que facilita a oferta de crédito.

O desenvolvimento do sistema financeiro está diretamente ligado com a estrutura da região onde está inserido. O Brasil possui grande desigualdade financeira, o que reflete na desigualdade econômica. O acúmulo de agências financeiras em regiões mais desenvolvidas coopera para aumentar o nível de desigualdade. Temos como exemplo, o sudeste brasileiro que possui uma forte concentração de crédito, enquanto que no Nordeste e Centro-Oeste os dados demonstram precariedade do sistema financeiro. O quadro 2 demonstra a participação percentual do crédito nas regiões brasileiras nos anos de 1991, 1997 e 2003.

Região/Ano	1991	1997	2003
Norte	1,8	1,27	1,59
Nordeste	10,95	7,13	6,85
Sul	10,44	9,46	10,30
Sudeste	66,87	77,60	75,62
Centro-Oeste	9,95	4,54	5,13

Quadro 2: Concentração de crédito entre as regiões brasileiras

Fonte: Menezes, *et al.* (2007).

É evidente a forte concentração de crédito na região Sudeste do país e o crescimento dessa concentração, que em 2003 participa com mais de 75% do crédito total do Brasil. Em contrapartida, a região Norte do país variou durante o período analisado de 1,8% para 1,59%, confirmando a precariedade do sistema financeiro nas regiões menos desenvolvidas.

4. A Escassez de Crédito e Mortalidade de Empresas

As micro e pequenas empresas possuem em comum a baixa lucratividade e produtividade, além disso, apresentam também uma diversidade nos níveis de lucro. Sendo elas de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país, qual seria o fator que está impedindo o crescimento e desenvolvimento de tais empresas?

Autores como Bemerguy (2005), avaliam a situação e responsabilizam o mercado de crédito pelo fraco desempenho das micro e pequenas empresas. A imperfeição existente no mercado de crédito não o torna acessível às empresas, e conseqüentemente impede que elas invistam em projetos de alta produtividade, seja devido ao racionamento que existe no montante de crédito ou ao alto risco na disponibilidade do empréstimo. O resultado disso são as micro e pequenas empresas apresentando uma baixa produtividade, sem condições de permanência do mercado e a costumeira falência que podemos observar diariamente no mundo empresarial.

No primeiro trimestre de 2004, o SEBRAE realizou uma pesquisa onde levantou as taxas de mortalidade das empresas no Brasil. O resultado da pesquisa revelou que :

- 49,4% das empresas encerraram as atividades com até 2 anos de existência;
- 56,4% com até 3 anos;
- 59,9% com até 4 anos.

A tabela 1 demonstra as taxas de mortalidade empresarial em cada região e no Brasil como um todo.

Tabela 1 - Taxa de mortalidade por região e Brasil

Ano de Constituição	Regiões					Brasil (%)
	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	
2002	48,9	52,9	46,7	47,5	49,4	49,4
2001	56,7	60,1	53,4	51,6	54,6	56,4
2000	61,1	58,9	62,7	53,4	53,9	59,9

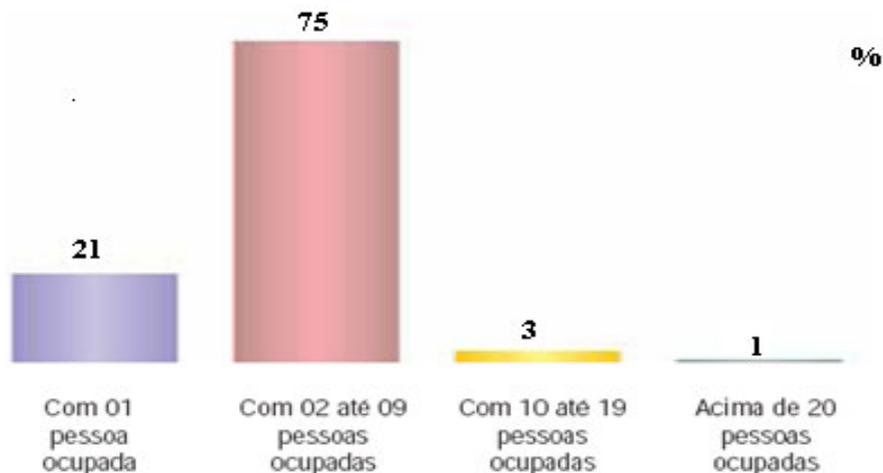
Fonte: SEBRAE (2005).

A pesquisa revelou também que são as micro empresas⁴ que mais sofrem com a falência.

O gráfico 1 demonstra a mortalidade das empresas de acordo com o número de pessoas ocupadas.

Gráfico 1 - Porte da empresa extinta, segundo o número de pessoas ocupadas (Brasil)

Fonte: SEBRAE (2005).



Porém, não é só a imperfeição no mercado de crédito, apesar de ser a mais relevante, o único problema que impede o desenvolvimento das empresas, podemos também

⁴ Segundo o SEBRAE, microempresa: na indústria, até 19 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, até 09 pessoas ocupadas; Pequena empresa: na indústria, de 20 a 99 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, de 10 a 49 pessoas ocupadas; Média empresa: na indústria, de 100 a 499 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, de 50 a 99 pessoas ocupadas; Grande empresa: na indústria, acima de 500 pessoas ocupadas; no comércio e serviços, acima de 100 pessoas ocupadas.

analisar o fato de muitos empresários não possuírem acesso à tecnologia e principalmente a capacitação. Muitos dos pequenos empresários não possuem capacidade empresarial, e neste caso, mesmo havendo mercado de crédito perfeito, ocasionaria em um baixo desempenho nos negócios.

Tabela 2 - Ranking das dez principais razões para encerramento das atividades da empresa extinta, segundo as opiniões espontâneas dos proprietários (Brasil)

Razões	Empresas extintas	
	Nº de citações	Percentual
Falta de capital de giro	51	24,1%
Impostos altos / tributos	34	16,0%
Falta de clientes	17	8,0%
Concorrência	15	7,1%
Baixo lucro	13	6,1%
Dificuldade financeira	13	6,1%
Desinteresse na continuação do negócio	13	6,1%
Maus pagadores / inadimplência	13	6,1%
Problemas familiares	8	3,8%
Má localização da empresa	8	3,8%

Fonte: SEBRAE (2005).

Dentre os problemas citados na tabela 3, o de maior relevância é a imperfeição no mercado de crédito onde incluímos a falta de capital de giro e as dificuldades financeiras. Ambos os fatores respondem por cerca de 30% da extinção das empresas. Problemas como falta de tecnologia, baixo nível de capacitação empresarial e outros, poderiam obter grandes melhoras se o crédito fosse disponível para os empreendedores, visto que parte do empréstimo pode ser direcionado a curso de capacitação empresarial ou busca de novas tecnologias.

Em 1997, foi realizada pelo IBGE uma pesquisa sobre a economia informal urbana, envolvendo cinquenta mil trabalhadores autônomos e empresas com no máximo cinco trabalhadores. Ao final da pesquisa percebeu-se que existe em muitas empresas baixa rentabilidade, e uma dessemelhança entre o nível de lucro entre as empresas brasileiras bem como o nível de capital empregado. Tal diversidade pode ser consequência da existência de imperfeições no mercado de crédito.

O sistema financeiro ganha importância principalmente em países em fase de desenvolvimento, com a presença de uma classe menos favorecida e de pequenas empresas, disponibilizando crédito e estimulando o desenvolvimento.

O problema é que o crédito não é acessível para esta classe de pequenas empresas, visto que para se adquirir um crédito tradicional, o cliente deve cumprir com no mínimo três requisitos básicos: oferecer garantias pelo empréstimo; provar capacidade e disposição de pagamento. Pequenas empresas não possuem o colateral ou garantia que os bancos exigem, e provar capacidade e disposição de pagamento requer informações que geralmente não estão disponíveis aos agentes econômicos. Durante uma transação econômica, os agentes não possuem a gama de informações necessárias e homogêneas de ambos os lados, é o que chamamos de assimetria de informação, uma das mais importantes falhas de mercado.

5. O Microcrédito Como Gerador de Desenvolvimento

5.1. Breve História do Microcrédito

A primeira experiência com o microcrédito se deu em 1846 no Sul da Alemanha, numa época de inverno rigoroso, os fazendeiros da região se endividaram com empréstimos vindos de agiotas. Foi quando o pastor Raiffensem criou a “associação do pão” e cedeu farinha de trigo para os fazendeiros fabricarem e comercializarem o pão, e com o lucro pagarem as dívidas. (PRADO, 2002).

A primeira instituição de microcrédito nasceu em 1980, com o Grameen Bank, de Bangladesh, tendo Muhammad Yunus como fundador e diretor-gerente, qual começou a notar que os vizinhos próximos à universidade em que lecionava, viviam na miséria e desenvolviam algum tipo de atividade produtiva, mas estavam reféns de agiotas, que levavam a maior parte dos lucros. Vendo tal situação, Yunus começou a emprestar pequenas quantias de dinheiro sem cobrar juros a um pequeno grupo familiar. Tal atitude levou a consciência de se criar uma instituição que atendesse a população mais necessitada.

Segundo as palavras de Yunus:

Foi então que tudo começou. Eu não tinha absolutamente intenção de me converter em credor; queria apenas resolver um problema imediato. Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grammen têm um único objetivo: por fim à pobreza, esse

flagelo que humilha e denigre tudo o que um ser humano representa. (YUNUS, 2000 apud Prado, 2002).

O Grameen Bank de Bangladesh é uma instituição internacionalmente conhecida e está presente em mais de trinta e cinco mil povoados, com uma clientela que chega a 2,1 milhões de pessoas e com 94% sendo mulheres. Até o fim de 1995 o Grameen Bank emprestou cerca de US\$ 1,6 bilhões e obteve uma inadimplência inferior a 5%. (NITSCH; SANTOS, 2001). A instituição trabalha com grupo de pessoas, o conhecido aval solidário que mais tarde será discutido com maiores detalhes. O exemplo do banco de Bangladesh serviu de modelo para muitos países.

O microcrédito surgiu no Brasil em 1973, através do projeto Uno no Recife, que financiou milhares de pequenos empreendimentos, mas desapareceu após 18 anos de atuação porque não focalizou um dos principais princípios dessas instituições: o da auto-sustentabilidade, que deve ser acompanhado com o da profundidade de abrangência, ou seja, deve chegar aos pobres; e o de escala, atingindo um grande número de pessoas.

Conforme já dito, a primeira experiência mundial de microcrédito produtivo na acepção hoje assumida ocorreu no Brasil na década de 70. Em 1973, foi criado o Programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), por iniciativa e com assessoria técnica da Accion Internacional, envolvendo a participação de entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia. A UNO, uma associação civil sem fins lucrativos, foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação para micro empreendimentos populares, em particular no setor informal.

Ao longo de quase uma década, a UNO desenvolveu uma base técnica de análise de crédito adaptada ao micro empreendedor de baixa renda, formou profissionais com esse novo perfil e financiou alguns milhares de micro empreendimentos em diversos municípios de Pernambuco e da Bahia. Introduziu uma metodologia de microcrédito focalizada em um público sem garantias reais e sem acesso a créditos bancários e outros serviços, como capacitação e assistência técnica.

Em 1997, com o apoio do Banco Mundial e do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), surge o Crediamigo, um programa do Banco do Nordeste cuja

finalidade é oferecer empréstimos a pequenos e microempreendedores de baixa renda. Além dessas duas entidades, o Banco do Nordeste foi assessorado também pela Accion Internacional, que estruturou o programa de microcrédito (Crediamigo), cuja presença está definida na região nordeste.

Segundo Néri e Medrado (2005), o Crediamigo tem o objetivo de oferecer crédito rápido e com pouca burocracia para microempreendedores das áreas atendidas pelo banco. O programa começou a operar em abril de 1998 e atualmente é o maior programa de microcrédito de um banco público no Brasil. O Crediamigo trabalha com a metodologia de grupos solidários, onde de três a dez microempresários formam um grupo que se responsabilizam pelo pagamento de empréstimos. Além disso, o programa é responsável por mais da metade do atendimento de microcrédito do Brasil.

5.2. Uma Análise do CrediAmigo

Diante do que foi exposto, podemos concluir que, para Schumpeter, o desenvolvimento depende basicamente de três fatores: das inovações tecnológicas, da figura do empresário empreendedor e do acesso ao crédito. Assim, estamos em um contexto em que as revoluções nas tecnologias da informação e conhecimento, o processo de globalização e outros fatores são determinantes para que haja um processo de inovação nunca visto antes. A partir daí partem várias teorias para comprovar este fato, uma delas é a Teoria das mudanças aceleradas que descreve o crescimento exponencial do progresso tecnológico.

Completando a teoria do tripé schumpeteriano temos que o Brasil é o terceiro país mais empreendedor do G-20 – grupo das 20 maiores economias do mundo – presentes no levantamento realizado pela *Global Entrepreneurship Monitor*.

Finalizando, o terceiro ponto se concentra na questão do crédito, que no Brasil está fortemente concentrado na região sudeste, deixando as restantes aquém dos benefícios da concessão de crédito. Assim, o crediamigo, programa de microcrédito do Banco do Nordeste, vem tentando corrigir essa deficiência. Seus números são impressionantes e, sem dúvidas, estão transformando a realidade brasileira. Cabe destacar que o crediamigo é o maior programa de microcrédito da América do Sul.

O CrediAmigo foi criado em 1998 tendo por objetivo fornecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. É o único programa de microcrédito de atendimento direto implementado por um banco estatal.

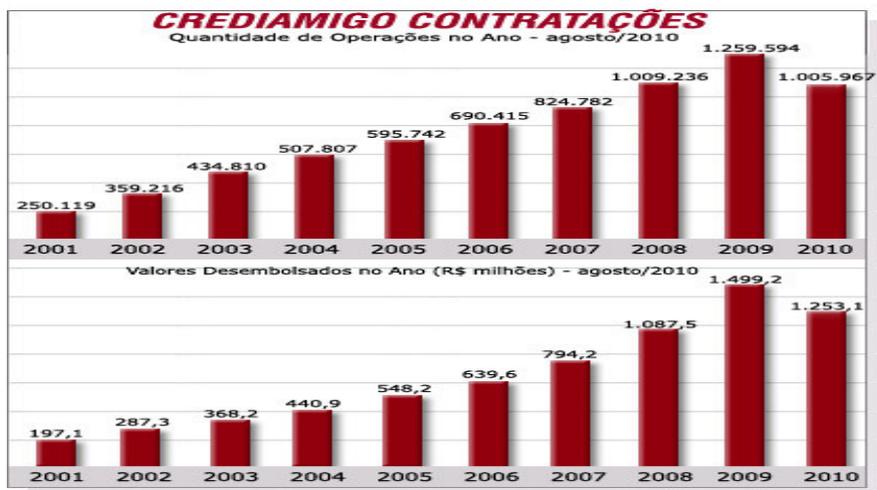
O programa trabalha com a metodologia de Grupos Solidários e, paralelamente à concessão de crédito, oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização do programa, incluindo os Assessores de Crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do banco.

As expectativas do programa era superar metas de um ano para o outro, e logo nos três primeiros anos de atuação obteve taxas de crescimento de 700% nas aplicações e mais de 500% nas operações no período havendo cerca de 58000 clientes ativos.

Analisando o gráfico 2 a seguir, podemos notar que é crescente o número de contratações, chegando a atingir mais de um milhão e duzentas mil contratações no ano de 2009 e, até agosto desse ano, mais de um milhão de contratações já haviam sido realizadas. Demonstrando, assim, a capacidade de atingir o pequeno empreendedor.

Segundo dados coletados no sítio do Banco do Nordeste, o valor disponibilizado em 2009 foi de quase um bilhão e meio de reais. E até agosto de 2010 os valores já haviam ultrapassado a casa dos um bilhão e duzentos mil reais. Mostrando que o programa realmente está disposto a investir naqueles que precisam de ajuda.

Gráfico 2. Número de operações e valores desembolsados entre 2001-2010



Fonte: sítio do Banco do Nordeste

Os valores liberados mostram que o atendimento foi direcionado a uma parcela significativa de negócios de pequena dimensão, cuja importância para sobrevivência de milhares de famílias é inquestionável, pois, em grande parte dos casos o empreendimento é a única fonte de renda familiar. Assim, de acordo com os dados da tabela a seguir, podemos observar que 60% dos empréstimos são concedidos a pessoas que possuem renda familiar de até mil reais mensais.

Tabela 3: Tomadores de empréstimo, segundo a Renda Familiar (em reais)

Faixa de renda	%
Até 600	34
Mais de 600 e menos de 1000	26
Mais de 1000 e menos de 1500	16
Mais de 1500 e menos de 5000	21
Acima de 5000	3

Fonte: sitio do Banco do Nordeste

Outro fator importante e que deve ser destacado são os índices de sustentabilidade do programa. Observando a tabela a seguir podemos notar que o índice de inadimplência tem uma tendência de queda ficando a menos de 1% desde 2004 e retornando um pouco a cima desse nível apenas em 2008. Fator que pode ser explicado pela crise mundial que abalou os países a partir de setembro de 2008. Mesmo com a crise, as perdas foram abaladas de maneira irrisória.

Tabela 4: Indicadores de sustentabilidade do programa

Ano	Índice de inadimplência	Índice de perdas
2002	2,09	2,70
2003	1,81	3,30
2004	0,84	1,30
2005	0,84	0,85
2006	0,73	0,89
2007	0,81	0,73
2008	1,13	0,73
2009	1,16	1,00

Fonte: sitio do Banco do Nordeste

Segundo Fucs (2006), o microcrédito tem um impacto econômico maior que programas voltados simplesmente para a transferência de renda, como a Bolsa-Família, principalmente quando se levam em conta que cerca de 40% dos produtos e serviços produzidos no país vêm da economia informal, segundo dados do IBGE. Existem cerca de 17 milhões de nanoempresários que atuam na informalidade no país, de acordo com um estudo do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (IETS), do Rio de Janeiro dirigido pelo ex-presidente do IBGE Simon Schwartzman. Os nanoempresários têm até cinco funcionários. Para todo esse pessoal, o acesso aos bancos é limitado.

Além disso, Barone *et al.* (2002, p. 34-35) afirmam que o impacto do microcrédito nas situações de pobreza é amplamente reconhecido. Ao permitir acesso continuado ao crédito para negócios com capital próprio mínimo (razão pela qual não alcançam empréstimos junto ao sistema financeiro tradicional e pagam juros muito elevados a agiotas), fortalece o empreendimento e aumenta a renda das famílias. Desse processo, muitas vezes, resulta à volta do filho para a escola, a construção de novos cômodos na casa e a melhoria da qualidade da alimentação familiar.

Para finalizar, citaremos uma pesquisa realizada pela fundação Getúlio Vargas onde ela aponta que mais da metade dos clientes do crediamigo escapou da linha de pobreza. E que ao longo de sua história o programa já concedeu mais de quatro milhões de operações de microcrédito, já tendo atendido mais de 766,5 mil clientes.

6. Considerações Finais

O mercado financeiro é reconhecido como instrumento muito importante no desenvolvimento econômico do país, pois é através dele que empresários garantem a possibilidade de viabilizar seus projetos e expandir seus negócios.

Notamos que o crédito bancário possui uma série de exigências que afastam a maioria dos empresários ao crédito tradicional. Além disso, ele encontra-se fortemente concentrado na região sudeste.

No ponto 5 deste trabalho apresentamos uma alternativa para os pequenos empresários, e buscamos no microcrédito a possibilidade de crescimento e desenvolvimento da economia. É com o microcrédito que surge a oportunidade dos pequenos empreendedores. Por possuir características voltadas apenas para a população de baixa renda, consegue por muitas vezes suprir as necessidades dos micro e pequenos empresários. Uma breve discussão foi levantada em cima da eficiência dos programas de microcrédito, na figura do CrediAmigo, lembrando que cada programa trabalha de maneira específica e, por isso, possuem resultados específicos. A nossa ideia em apresentar o programa do Bando do Nordeste não foi a de generalizar, mas a de exemplificar.

Assim, constatamos que o microcrédito é de suma importância para o desenvolvimento econômico, e devido isso é necessário massificar seus programas para que possua condições de atender a demanda existente. À medida que o microcrédito for se tornando favorável aos micro empreendimentos, estaremos caminhando para o equilíbrio entre a oferta e demanda e promovendo não apenas o crescimento mas o desenvolvimento da economia do nosso país.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R.; BITTENCOURT, G.; MAGALHÃES, R. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. *Pesquisa & Debate*, SP, 2005, p. 203-248.

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO, C. E. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. *Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília. SEBRAE 2004.

AMORIM, R. L. C. Assimetria de informações e racionamento de crédito: novo-keynesiano *versus* pós-keynesianos. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, v.9, nov 2001

AZEVEDO, C. M.; SHIKIDA, P. F. A. *Assimetria de informação e o crédito agropecuário: o Caso dos Cooperados da Coamo-Toledo (PR)*, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v42n2/a05v42n2.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

BEMERGUY, C. B. *Determinantes do acesso financeiro no Brasil: evidencia a partir da pesquisa de economia informal*, 2005. Disponível em <<http://www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/ESE/ESE-3-Bendahan.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

BOLETIM estatístico de micro e pequenas empresas, Observatório SEBRAE 1º Semestre 2005. Disponível em: <<http://www.pe.sebrae.com.br>>. Acesso em 02 jul. 2010.

BRAGA, M. B. Algumas considerações teóricas e implicações decorrentes da relação contratual entre credor e devedor sob hipótese de existência de assimetria de informação. In: *XXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, 1999. Belém. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 1999.

BRUSKY, B.; FORTUNA, J. P. *Entendendo a demanda para microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades*. Rio de Janeiro: BNDES – PDI, 2002.

CORADI, C. D. A difícil situação do crédito. *Gazeta Mercantil*, 29 jan. 2004

COSTA, A. B. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Shumpeter. *Cadernos IHU Idéias*. RS 2006.

FACHINI, C. *Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil*. Dissertação: mestrado em economia. Escola superior de agricultura Luiz de Queiroz ESALQ, 2005. 150p.

HOWELLS, P.; BAIN, K. *Economia monetária: moedas e bancos*. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

COSTA, J. F. *Microcrédito: Estudo de viabilidade Financeira com Vistas a Criação de uma Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM, com Base nos Casos CEAPE/RS Ana Terra e Portosol*. Dissertação (mestrado em administração: modalidade profissional), Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MENEZES, M. S. ; CROCCO, M. A. ; SANCHES, E. J. ; AMADO, A. . Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional: notas exploratórias. In: PAULA, Luiz Fernando de; OREIRO, José Luís. (Org.). *Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

MICRO e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001, As. IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>> Acesso em 26 maio 2010.

NITSCH, M.; SANTOS, C. A. Da repressão financeira ao microcrédito. *Revista de Economia Política*, Vol. 21, Nº 4 (84), out. dez. 2001.

PARENTE, Silvana. Microfinanças: Saiba o que é um banco do povo. *Agência de educação para o desenvolvimento*. Brasília: BNDES, 2002; 94p

PRADO, C. A. *Associação de microcrédito: uma proposta para Cacoal*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, M. R. O papel do microcrédito e das micro-finanças como Instrumentos de redução da pobreza. *VII Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública*, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

SOUZA, M. C. M. Taxas de juros em operações de microcrédito: taxas subsidiadas versus taxas de mercado. *Revista Desenbahia*, p. 7-25, mar, 2006

TOSCANO, I. O jardim de caminhos que se bifurcam: o microcrédito no Brasil. In: *I Seminário banco central sobre microcrédito*; Recife, PE – 27 set. 2002. Disponível em <<http://www.polis.org.br/download/26.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2009.